

SECÇÃO VI  
DO SECRETÁRIO-GERAL

Artigo 32º

1. A Direção, sob proposta do respetivo Presidente, nomeia e destitui o Secretário-Geral.
2. A nomeação deve recair em pessoa com experiência na atividade bancária e que goze de boa reputação no meio bancário.

Artigo 33º

1. A Direção, sob proposta do Secretário-Geral, pode nomear e destituir um Secretário-Geral Adjunto, ao qual cabe, para além do desempenho de outras funções na Associação, substituir o Secretário-Geral nas suas ausências ou impedimentos temporários.
2. Quando não haja Secretário-Geral Adjunto, a Direção pode nomear quem substitui o Secretário-Geral nas suas ausências ou impedimentos temporários.

Artigo 34º

1. Cabe ao Secretário-Geral:
  - a) Coadjuvar o Presidente da Direção;
  - b) Dar execução às deliberações dos órgãos da Associação;
  - c) Dirigir e coordenar todos os serviços da Associação, cabendo-lhe o exercício do poder diretivo e disciplinar;
  - d) Assegurar a correta e prudente gestão financeira da Associação.
2. O Secretário-Geral pode participar e intervir em todas as reuniões da Direção e da Assembleia Geral da Associação, sem direito de voto.

Artigo 35º

1. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto têm direito a uma remuneração adequada à dignidade e exigência das suas funções, a qual é fixada pela Direção.
2. Aplica-se ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto o disposto nos nºs 4, 5 e 6 do artigo 23º.

Artigo 36º

1. Salvo acordo em contrário, o regime legal aplicável às relações de trabalho do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto é o do contrato individual de trabalho.
2. Se a designação recair em personalidade integrada nos quadros de algum associado, a nomeação para o cargo determina a imediata suspensão das suas funções, mas não prejudica os seus direitos na carreira e no regime de segurança social, contando o tempo do exercício desse cargo como prestado nas suas funções de origem.